

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à Revista do CEAM o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob uma [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista. Fonte:
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/25948>. Acesso em: 4 fev. 2022.

Referência

MENDES, Ciro Santana *et al.* Maloca: espaço de ação afirmativa e ação da política de assistência estudantil?. **Revista do CEAM**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 99-109, 2019. DOI:
<https://doi.org/10.5281/zenodo.3338468>. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/25948>. Acesso em: 4 fev. 2022.

Maloca: Espaço de Ação Afirmativa e Ação da Política de Assistência Estudantil?

Ciro Santana Mendes

Diana Lopes dos Santos

Kahena Quintaneiro Bizzotto

Laís Vieira Pinelli

Victória Lisboa do Nascimento

Wesley Coelho da Silva

Universidade de Brasília – UnB, Brasil

revistaceam@unb.br

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3338468>

Resumo

A proposta desta pesquisa é fazer uma análise sobre o Centro de Convivência dos Povos Indígenas – Maloca e compreender sua contribuição para a permanência dos estudantes indígenas na Universidade de Brasília (UnB). O trabalho em questão é resultado do esforço empenhado pelo referido grupo de estudantes de Serviço Social durante a disciplina de Pesquisa Social no ano de 2015. A metodologia adotada para a pesquisa é de entrevistas semi-abertas com estudantes indígenas que participaram do processo de elaboração do Maloca ou que usufruem do espaço e atores institucionais que contribuíram (ou não) nesse processo. Assim como revisão bibliográfica a respeito do tema e pesquisa documental referente à idealização e construção do Maloca. Os resultados apontam para a não compreensão por parte dos estudantes indígenas do Maloca como espaço de assistência estudantil, por de alguma forma descaracterizar a luta deles para efetivação do espaço. Tendo em mente a Política Nacional de Assistência Estudantil e as particularidades da cultura indígena buscou-se aproximar esses dois eixos que perpassam o Maloca com o objetivo de ampliação da perspectiva de Assistência Estudantil e o maior reconhecimento e incorporação da história, valores e conhecimento dos povos indígenas.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Ação afirmativa; Brasil; Maloca; Permanência; Representatividade; Universitários.

Maloca: Space for affirmative action and student welfare policy action?

Abstract

The purpose of this research is to make an analysis about the Center for the Coexistence of Indigenous Peoples – Maloca and understand its contribution to the permanence

of indigenous students at the University of Brasília (UnB). The work in question is the result of the effort made by the aforementioned group of Social Work students during the Social Research discipline. The methodology adopted for the research is semi-open interviews with indigenous students who participated in the Maloca elaboration process or who enjoy the space and institutional actors who contributed (or did not) to this process. As well as bibliographical revision regarding the subject and documentary research concerning the idealization and construction of the Maloca. The results point to the lack of understanding by the indigenous students of Maloca as a space for student assistance, to somehow discharacterize their struggle for space effectiveness. Bearing in mind the National Policy on Student Assistance and the particularities of indigenous culture, the aim was to bring these two axes through Maloca with the objective of broadening the perspective of Student Assistance and the greater recognition and incorporation of history, values and knowledge of the Indigenous people.

Keywords: Affirmative action; Brazil; Indigenous peoples; Permanence; Maloca; Representativeness; Student assistance; University students.

Maloca: ¿Espacio de acción afirmativa y acción de la política de asistencia estudiantil?

Resumen

La propuesta de esta investigación es hacer un análisis sobre el Centro de Convivencia de los Pueblos Indígenas – Maloca y comprender su contribución a la permanencia de los estudiantes indígenas en la Universidad de Brasilia (UnB). El trabajo en cuestión es resultado del esfuerzo dedicado por el referido grupo de estudiantes de Servicio Social durante la disciplina de Investigación Social del año 2015. La metodología adoptada para la investigación fue de entrevistas semi-abiertas con estudiantes indígenas que participaron del proceso de elaboración de la Maloca o que usufructúan el espacio, además de los actores institucionales que contribuyeron (o no) en ese proceso. Se complementó con la revisión bibliográfica acerca del tema y la revisión documental referente a la idealización y construcción de la Maloca. Los resultados indican que los estudiantes indígenas no perciben la Maloca como un espacio de asistencia estudiantil, porque de alguna forma se distorsiona la lucha de ellos para poner en práctica dicho espacio. Teniendo en mente la Política Nacional de Asistencia Estudiantil y las particularidades de la cultura indígena se busca aproximar esos dos ejes que atraviezan la Maloca con el objetivo de ampliar la perspectiva de la asistencia estudiantil, además de un mayor reconocimiento e incorporación de la historia, valores y conocimiento de los pueblos indígenas.

Palabras clave: Asistencia estudiantil; Acción afirmativa; Brasil; Permanencia; Población indígena; Maloca; Representatividad; Universitarios.

1 Introdução

O referido artigo tem como tema de pesquisa o Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas – Maloca da Universidade de Brasília (UnB). O Maloca¹ fica localizado ao lado do Centro de Convivência Negra (CCN) e da Faculdade Direito da UnB. No dia dezenove de abril de 2011 foi lançada a Pedra Fundamental para a construção e somente no dia primeiro de dezembro de 2014 foram entregues as instalações para os estudantes.

A iniciativa da construção desse espaço ocorreu no sentido de contribuir para a melhor integração destes estudantes à comunidade acadêmica e para a troca cultural entre os alunos de diferentes etnias. Atualmente, as mais variadas dificuldades se impõem a estes alunos a partir do momento em que deixam suas aldeias: o encontro com um novo estilo de vida, o preconceito e a ausência do núcleo de amigos e familiares, entre outros fatores que impossibilitam um verdadeiro intercâmbio cultural entre o indígena e a Universidade. O projeto do Maloca, se estruturou sobre um ponto de partida que fosse capaz de atender às demandas próprias de um espaço institucional, ao mesmo tempo em que ficasse patente a sua função de espaço agregador.

O objetivo principal da pesquisa é analisar se o Maloca pode ser considerado como uma ação afirmativa e resultado da assistência estudantil, e compreender quais são as contribuições para o cotidiano do estudante indígena. O objetivo também é reconstruir o processo de idealização e construção do Maloca a partir dos principais atores, revisando os objetivos iniciais do projeto, observando as etapas de realização, os desafios enfrentados, a articulação com superiores da universidade e todo desenvolvimento valorativo para o projeto. Pretende-se também analisar de qual forma o Maloca, como política pública, contribui para a visibilidade e fortalecimento das causas dos estudantes indígenas considerando aspectos como a ausência de representatividade e apoio institucional consolidado.

O artigo está estruturado sob quatro eixos: (I) Maloca: idealização e consolidação; (II) Representatividade para os estudantes indígenas; (III) Maloca é um espaço de ação afirmativa?; (IV) Maloca é uma ação da assistência estudantil?. Preliminarmente apresentamos a metodologia de pesquisa e ao fim, a partir das impressões passadas, apresentamos as considerações finais sobre pesquisa em sua totalidade.

2 Metodologia

O projeto de pesquisa foi formulado e posteriormente aplicado no decorrer do ano de 2015, no contexto das disciplinas Pesquisa Social I e II, sob orientação da professora doutora Silvia Cristina Yannoulas, por estudantes do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. Na disciplina Pesquisa Social I o projeto foi idealizado. Uma pesquisa qualitativa, com dados coletados através de entrevistas e revisão de literatura, com a intenção de responder à seguinte pergunta: Analisando o processo de idealização, construção e efetivação do Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas, Maloca, é possível compreendê-lo como uma ação afirmativa e política de assistência estudantil?

1 Nas entrevistas muitos estudantes falavam “o” Maloca e então um deles nos explicou que o certo é “o” Maloca, pois é “o” centro de convivência indígena Maloca.

A ida ao campo para obter informações consistiu em entrevistas com estudantes indígenas, principalmente aqueles que já estavam na universidade no período de idealização e construção do Maloca, com interlocutores chave nesse processo, e coleta de documentos que contribuíssem para o entendimento do projeto, como a planta do prédio, coletada na prefeitura do campus, e o pré-projeto, disponibilizado por um estudante indígena. Além da revisão de literatura, que embasou as reflexões do grupo. A estrutura da entrevista é aberta, com o objetivo de apreender na fala dos entrevistados os detalhes, as tensões e contradições que marcaram esse processo. Antes da entrevista, era garantido ao entrevistado que seriam adotados os cuidados éticos para garantir que a pesquisa não infringisse os direitos do mesmo, ou que o colocasse em situação de constrangimento.

As primeiras tentativas de entrevista não foram bem-sucedidas, pois a abordagem não foi a mais adequada. Alguns ajustes contribuíram para que, principalmente os estudantes indígenas, se sentissem mais confortáveis com a entrevista. Aqueles que eram entrevistados intermediavam para que os seus semelhantes fizessem o mesmo, e dessa forma, os dados foram obtidos. Ao final, seis entrevistas eram de estudantes indígenas. Foram entrevistadas também a Decana de Assuntos Comunitários, sua assessora e a Diretora da Diretoria de Diversidade. Dos principais atores envolvidos no processo de construção do Maloca, não foi possível localizar em tempo hábil o ex-reitor da UnB, Prof. José Geraldo, vigente no cargo no momento da idealização, o arquiteto responsável pelo projeto e o professor apontado como colaborador pelos indígenas. O Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan) também foi procurado, entretanto, a equipe do Ceplan, disse que retornaria o contato apenas quando encontrasse os arquivos sobre o Maloca, o que não aconteceu.

3 Maloca: da idealização à consolidação

Em 2004 a Fundação Universidade de Brasília (FUB) juntamente com a Fundação Nacional do Índio (Funai) firmou convênio que estabeleceu um processo seletivo destinando vagas específicas para estudantes indígenas de graduação. Dessa forma, aumentou-se a inserção de indígenas à UnB, porém rapidamente foi comprovado que não bastava apenas assinar um convênio para viabilizar o acesso dos estudantes indígenas à universidade. Era necessário ampliar o apoio efetivo à sua permanência, oferecendo as condições básicas para que obtenham resultados satisfatórios na universidade.

Em 2009 os estudantes indígenas da Universidade de Brasília conseguiram um espaço no Instituto Central de Ciências (ICC), que começou a funcionar em 2010. Era um espaço que, apesar de possibilitar encontros e o descanso dos estudantes, se caracterizava pela incerteza, por não ser regulamentado podendo assim ser perdido a qualquer momento. Além da incerteza, não tinha estrutura qualificada para responder demandas educacionais específicas, ou caracterização, física e simbólica, dos povos indígenas.

Os estudantes indígenas também se reuniam embaixo de uma árvore perto do Restaurante Universitário (RU), que ficou conhecida entre os estudantes como Pau de Josinaldo, em referência ao Josinaldo da Silva, primeiro indígena a se formar em medicina na UnB no ano de 2013. O estudante Josinaldo ficava ali e assim outros estudantes

indígenas se reuniam com ele, aglomerando muitos alunos indígenas. Eles se encontravam para almoçar e jantar juntos, e conversar entre si.

Pensando a respeito da entrada de mais estudantes indígenas na universidade e das dificuldades que enfrentariam assim como os estudantes inseridos já lidavam, começaram a refletir em um local que pudesse concretamente responder as necessidades específicas dos estudantes indígenas. No “Pau do Josinaldo”, os estudantes fizeram em uma folha de papel o esboço de como seria o centro de convivência. Iniciou-se a idealização de um ambiente onde pudessem realizar atividades acadêmicas, contendo salas de informática, salas de estudo, apoio pedagógico, onde pudessem realizar atividades culturais e de espiritualidade tradicional indígena, rituais e eventos, assim como realizar reuniões e fortalecer o Movimento Indígena e também ter um lugar para descanso e lazer.

A ideia inicial do projeto partida dos estudantes foi apresentada ao ex-reitor José Geraldo, que apoiou o projeto, aprovando e delimitando o espaço, levantando recursos e fazendo encaminhamentos ao Ceplan para a execução do projeto que os estudantes haviam traçado.

No Ceplan, o arquiteto Alberto Alves pediu aos estudantes um projeto feito por um arquiteto. Com iniciativa própria, os estudantes indígenas conseguiram apoio de um arquiteto da Funai que tinham contato e conseguiram um projeto arquitetônico. O centro de convivência planejado pelo arquiteto da Funai seria um projeto grandioso e o arquiteto do CEPLAN informou que não teria espaço para concretizá-lo. Então o próprio Alberto planejou o centro de convivência a partir do esboço feito pelos estudantes. Foram decididos como seria o espaço, as divisões, as salas, a estrutura, o material, o formato do Maloca.

O centro de convivência que materializou esse projeto tem formato circular, semelhante a uma oca, feito de madeira e com dois pavimentos. O Maloca também possui um espaço aberto no centro. A arena central do Maloca deveria ser de areia ou terra para possibilitar a constituição de fogueiras utilizadas nos rituais e cerimônias. No entanto, a arena foi construída com concreto, dificultando a utilização do fogo.

Outra dificuldade no processo de construção do Maloca foi a madeira. Em 2010 houve dificuldades para consegui-la. O cálculo feito pela empresa de São Paulo foi equivocado e as madeiras solicitadas não eram suficientes. Devido a isso, a licitação para compra da madeira expirou. Foi necessário requisitar uma emenda parlamentar de autoria da deputada Erika Kokay para abertura de outra licitação.

O projeto se iniciou em 2009 e somente em 2013 o Maloca foi entregue para os alunos. Alguns indígenas se formaram e não puderam desfrutar do espaço, mas, como foi relatado em algumas entrevistas, o espaço é para eles e para todos os futuros estudantes que um dia irão estudar na UnB. E não somente para os estudantes indígenas, mas para toda a comunidade acadêmica, para que haja uma aproximação, conhecimento e reconhecimento da cultura indígena dentro da universidade.

4 Representatividade para os estudantes indígenas

O acesso do estudante indígena ao ensino superior, assim como à educação básica como um todo, é permeado de dificuldades. Não só por introduzir o indígena a um meio em que linguagem e conteúdos não lhe são habituais, como também por distanciar o indígena completamente do seu mundo, encontrando poucas referências de

sua cultura neste espaço, dificultando sua identificação com o espaço escolar. Deste modo, se faz necessária a formulação de projetos/estruturas no ambiente universitário que sejam capazes de compreender e agregar princípios indígenas com o objetivo de reconhecimento e identidade, fortalecendo os seus aspectos culturais. A partir disso, o Maloca pode ser concebido como um espaço de representatividade e referência para o estudante indígena.

No que se refere ao segmento estudantil universitário, suas formas de representação típicas ou históricas na instituição universitária brasileira costumam ser os Centros Acadêmicos (CAs), o Movimento Estudantil, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a própria União Nacional dos Estudantes (UNE). Os estudantes reconhecem esses espaços como referencial em âmbitos institucionais no que tange suas reivindicações. Já para os povos indígenas a representatividade é percebida de forma completamente diferente, ao ponto de se tornar questionável também o próprio conceito. De acordo com relatos dos estudantes, inferiu-se que representação está para além de um espaço de referência e visibilidade, estando intimamente ligada à identidade e sua particularidade cultural. Assim, para que o Maloca seja entendido como um lugar de representação indígena no meio universitário, a percepção desse espaço deve tornar-se muito maior do que aquela que abarca somente a categoria estudantil em seus moldes tradicionais e que não considera a diversidade étnica, invisibilizando a cultura indígena e seu significado. Deste modo, refletir sobre a permanência do indígena é também pensar o quão pertencente aquele estudante se sente na universidade, isto é, quais condições efetivas garantem sua formação levando em consideração suas particularidades.

5 Maloca enquanto espaço de ação afirmativa²?

No período posterior à Segunda Guerra Mundial surgiram modelos de sociedade que preconizavam uma estrutura capitalista menos desigual. Este pensamento tomou forma em diversos Estados modernos e se caracterizou de maneira mais ou menos específica de acordo com o contexto em que surgiu. *Welfare State*, *État-providence*, *Sozialstaat* ou Estados de Bem-Estar Social são denominações que surgem para categorizar um movimento que marcou este período da sociedade capitalista. (KERSTENETZKY, 2012).

A resolução de demandas desgastadas da luta das classes-que-vivem-do-trabalho como acesso à saúde, assistência, previdência, moradia e outras melhorias nas condições básicas de vida, viabilizadas por meio de sistemas de proteção social, fez surgir novos protagonismos na organização popular. A defesa pela inclusão social, na intenção de assegurar a igualdade de oportunidades nos campos de trabalho e na educação, através de movimentos sociais de trabalhadores, mulheres, negros, grupos étnicos e outros grupos discriminados, fez com que os Estados adotassem um olhar diferenciado para a dívida social que lhes justapõem, seja pelo patriarcado, seja pelos longos anos de escravidão, seja pelo etnocídio que ainda se perpetua no Brasil, por exemplo. Novak afirma que:

2 “Ação afirmativa são políticas e procedimentos obrigatórios ou voluntários desenhados com o objetivo de combater a discriminação e também de retificar os efeitos de práticas discriminatórias exercidas no passado. O objetivo da ação afirmativa é tornar a igualdade de oportunidades uma realidade através de um ‘nivelamento do campo’. São políticas desenhadas para situações concretas, com perspectiva da promoção de igualdade de oportunidades” (HERINGE, 2010, p. 3-4).

“(...) fica evidente, se for considerado os níveis de pobreza comparativamente entre brancos, negros, indígenas, mulheres, etc. que não basta ao Estado deixar de praticar discriminação no campo legislativo ou administrativo, são necessárias medidas concretas para proporcionar aos grupos discriminados a inserção efetiva de oportunidade e o respeito às diferenças” (NOVAK, 2004, p. 49).

O direcionamento do Estado brasileiro contra a discriminação étnica tardou, mas passou a fazer parte de sua agenda no início da década de 70 e mais adiante com a Constituição Federal de 1988. A CF. 88 reconhecerá o racismo como crime e o direito de posse das terras pelas comunidades remanescentes de Quilombolas, assim como o direito territorial dos indígenas, e respeito aos valores, costumes, organização social, línguas e crenças dos povos indígenas. E é nesse contexto que as ações afirmativas surgem e passam a ser compreendidas como política pública indissociável da política de inclusão social de grupos discriminados.

Na década de 90, movimentos populares denunciavam que os princípios preconizados pela Constituição não estavam sendo efetivados, e não se mostravam suficientes para promover a igualdade de oportunidades. O Estado reagiu e na mesma década houve a primeira política de cotas adotada a nível nacional. Ainda no mesmo período houveram políticas específicas à população negra, como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), e na década seguinte as políticas de ação afirmativa passaram a ser discutidas de forma mais sistemática e entraram na pauta do debate da educação superior pública através de conferências e seminários (NOVAK, 2004).

Adiante, Heringe e Ferreira (2009) elucidam que em 2001/2002, houve um aumento progressivo do número de instituições que passaram a adotar reservas de vagas para critérios determinados, como para estudantes de escola pública, pretos e pardos. Critérios adotados pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), pioneiras na adoção dessas políticas de ação afirmativa. Em 2003, a UnB foi a primeira Universidade Federal a determinar cotas raciais nos vestibulares, selecionando 20% das vagas para negros, e 2 vagas para indígenas em cursos específicos. Experiências que tiveram grande sucesso, e que foram adotadas posteriormente por várias outras instituições de ensino superior no país, afirmam os autores. O acesso, no entanto, não basta. Deve estar aliado à iniciativas que possibilitem a permanência.

O Maloca, Centro de Convivência Indígena da UnB, é um espaço que tem por objetivo superar algumas das peculiaridades que podem levar os estudantes indígenas a terem um baixo aproveitamento nos estudos ou até mesmo a desistirem de permanecer na universidade, estimulando a convivência da comunidade indígena e acadêmica no espaço físico da universidade. Este representa um espaço de afirmação, troca de experiência e representatividade da comunidade indígena dentro do campus, e cumpre um papel importante na formação acadêmica de estudantes indígenas, ou pelo menos, é a proposta que deveria cumprir.

Alguns dos estudantes entrevistados afirmam se sentirem mais confortáveis na universidade por terem um espaço de convivência próprio, espaço para realização de seus eventos e festas, rituais, mas também para a sua estadia durante o horário letivo, para fumar seu cachimbo ou descansar na rede. O espaço de convivência Maloca é amplo e possui um espaço circular no centro para ritos e celebrações. Contempla diversos

aspectos culturais das tribos indígenas brasileiras, e inclusive teve ampla participação dos indígenas na construção do projeto arquitetônico do espaço. Porém, a pesquisa revelou que este ainda não cumpre plenamente seus objetivos fundantes.

Diferentemente do que parece, a constituição do espaço perdurou um longo período caracterizado por um processo de luta, e que hoje representa uma conquista para os estudantes indígenas da UnB. Porém, mesmo após a construção do espaço, a permanência dos estudantes indígenas na UnB ainda se mostra fragilizada devido ao não cumprimento de algumas das metas iniciais do Maloca, assim como pela falta de outras políticas de permanência destinada a estudantes indígenas. Outro motivo é a falta de conscientização de corpo técnico e docente e dos estudantes não indígenas.

Entrevistando estudantes indígenas foi possível relatar as dificuldades para acompanhar as aulas, devido aos horários, ou pelo conteúdo; a inexistência de apoio pedagógico para os indígenas; o preconceito e discriminação por parte de alguns professores; a dificuldade de comunicação com os colegas de classe provocando a exclusão e timidez na sala de aula e até mesmo a cultura de respeito pela autoridade, ensejado nas comunidades indígenas inibe os estudantes de questionar o professor. Esses são alguns pontos levantados pelos estudantes indígenas como motivos que corroboram para o seu baixo rendimento e possível evasão.

Apesar do pioneirismo nas cotas e por se destacar com suas políticas de ação afirmativas, ainda é possível encontrar muito embate na questão da permanência do estudante indígena, negro, e de outras minorias na UnB. A pesquisa revelou que a falta de sensibilidade de muitos profissionais, a má gestão, ausência de acompanhamento do estudante ingressante por cotas, ou convênios e outras formas de ingresso, tornam muitas vezes a permanência do estudante na universidade um desafio. O espaço Maloca cumpre uma função importante e é uma ação afirmativa de acordo com o posicionamento adotado para a pesquisa, mas conclui-se que atualmente este apenas contempla a convivência, e de maneira limitada.

Com reflexo na pesquisa realizada, o espaço Maloca ainda carece de meios para tornar efetiva a convivência destes estudantes. Uma gestão do espaço voltada para os interesses da comunidade indígena na universidade, com a participação desta, pode ser a mudança necessária para a solução de questões comuns aos estudantes indígenas ingressantes na UnB, e assim dar mais visibilidade para suas demandas e promover a ampliação das ações afirmativas e políticas de permanência direcionadas ao estudante indígena.

6 Maloca enquanto ação de assistência estudantil?

No início da construção do projeto de pesquisa, assumiu-se preliminarmente o Maloca, como ação da política de assistência estudantil, entretanto, durante o processo de coleta de dados, verificou-se que das oito entrevistas realizadas, cinco discordavam deste pressuposto. Decidiu-se assim a alteração do problema da pesquisa, levantando, entre outros pontos, se o Maloca pode ser localizada no âmbito da Assistência Estudantil. No decorrer das entrevistas foi observado uma compreensão restrita da Assistência Estudantil, concepção que se expressa nas falas dos entrevistados, pelas próprias limitações das ações adotadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na atual conjuntura de focalização e bolsificação da Assistência Estudantil.

Com a expansão do ensino técnico e superior e com reconhecimento da necessidade de democratização do acesso e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, fortaleceu-se a proposta de consolidar a assistência estudantil como política de estado (FONAPRACE, 2008). É nessa conjuntura que o PNAES foi desenvolvido com a finalidade de garantir e ampliar a permanência de estudantes do ensino superior público.

Observa-se, entretanto, que no movimento de concretização do PNAES há tendências de restringir as ações de permanência à programas que se resumem a concessão de bolsas monetárias estrategicamente focalizadas. Visualiza-se assim a Assistência Estudantil como instrumento de “combate à pobreza” no interior da universidade, resumindo-a a uma política destinada apenas a estudantes economicamente desfavoreáveis, dando continuidade a um entendimento focalista do PNAES (CISLAGHI; SILVA, 2012).

Considerando esses pontos, e mesmo reconhecendo o PNAES como significativo avanço para as reivindicações estudantis, torna-se ainda necessário considerar algumas críticas à concretização desta política, em especial a sua execução na UnB. Durante o processo da pesquisa não foi possível realizar entrevista com a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), diretoria responsável pela assistência estudantil na UnB, mas foi realizada pesquisa documental analisando os editais no período de 2012 a 2015. Constatou-se assim a ausência de programas orientados para as particularidades dos estudantes indígenas, com exceção da divulgação do Programa de Bolsa Permanência (PBP) de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) orientada pela lógica da bolsificação. Uma das hipóteses levantadas é que o não entendimento do Maloca como ação de assistência estudantil é a ausência de uma política direcionada às particularidades do estudante indígena dentro dos próprios órgãos responsáveis pela concretização do PNAES na UnB. Outra perspectiva em relação o Maloca como ação de Assistência Estudantil é o entendimento de que no atual processo de consolidação desse espaço, o Maloca ainda não se efetiva como instrumento de apoio à permanência do estudante indígena.

Sinteticamente observa-se nas falas dos entrevistados duas concepções: primeiramente as tendências na concretização do PNAES dentro da UnB, consolidando uma compreensão restrita da assistência estudantil, resumindo-a aos programas ou auxílios, sendo assim insuficiente para abarcar as particularidades do estudante indígena e conseqüentemente o Maloca não se localizaria assistência estudantil; e em segundo, o Maloca em processo de consolidação ainda não se efetiva como espaço de apoio a permanência do estudante, por compreender a assistência estudantil para além do apoio financeiro, ou seja da lógica da bolsificação, mas também como suporte pedagógico ainda a ser encaminhado.

7 Considerações finais

Durante o processo de pesquisa foi reconhecido, que com o passar do tempo e com as experiências vividas nas últimas décadas, a igualdade jurídico-administrativa é insuficiente para neutralizar as dicotomias sociais impostas pela sociedade capitalista, há a necessidade da promoção de políticas públicas de caráter compensatório, mesmo que de maneira parcial para que ocorra de fato a inclusão desejada por aqueles grupos

discriminados. Nesse sentido, a ação afirmativa na Universidade deve ir além de formas variadas de ingresso, deve-se ter como horizonte a permanência do estudante na instituição, isso significa ter um olhar mais profundo para a questão específica de cada grupo que se pretende incluir, e promover a afirmação dos indivíduos nos espaços da Universidade. Cabe a ela acolher qualificadamente as particularidades de estudantes que por diversas razões são discriminados, e promover concretamente a igualdade e universalidade.

A Universidade de Brasília inova ao ofertar um espaço dentro do seu campus que propicie a convivência indígena, e isso é uma conquista dos estudantes indígenas da UnB, que participaram de todo processo, desde a idealização à consolidação, tornando o Maloca uma realidade para estes, e para os próximos estudantes indígenas na universidade. Apesar disso, as dificuldades com a gestão do espaço, assim como a falta de assessoria, acolhimento, e tratamento adequado com os estudantes indígenas, tanto pelo corpo técnico, quanto corpo docente, dificultam a possibilidade de permanência do indígena na universidade. E as potencialidades do espaço, por enquanto, não estão sendo aproveitadas positivamente, visando àqueles que seriam os principais beneficiados.

Compreender o espaço Maloca como Política de Assistência Estudantil, significa compreender esta última na sua amplitude. Observa-se que dentro da própria PNAES existem possibilidades de entendimento da Assistência Estudantil em sentido amplo, com ações de natureza universais que garantam a permanência dos estudantes, podendo localizar o Maloca, para além de um espaço de representatividade, um espaço que garanta instrumentos de apoio ao processo de aprendizagem e permanência dos estudantes indígenas. Essa interpretação não descaracteriza, de forma alguma, a luta travada pelos estudantes indígenas para sua construção. O espaço em si é representação da vida do povo indígena. Os indígenas são sinônimo de luta e resistência, desde os tempos da colonização. Personificados nos estudantes indígenas da UnB, cada um com sua etnia, essa história continua. Talvez muitos não desfrutem dos benefícios advindos, mas o seu legado foi deixado, para que outros estudantes indígenas deem continuidade à trajetória de um povo que resiste.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CISLAGHI, J.; SILVA, M. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência**. In: Ser Social. Brasília, v. 14, nº 31, p. 489-512, jul/dez 2012.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Plano Nacional de Assistência Estudantil. 2008.

HERINGE, Rosana; FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: **Caminhos convergentes**: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Orgs. Marilene de Paula, Rosana Heringer. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid. 2009.

HERINGE, Rosana. **Políticas de Ações Afirmativas para Estudantes:** Promovendo a Igualdade. In: Conferência Nacional de Educação – CONAE Eixo VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: inclusão, diversidade e igualdade Colóquio 6.42. 2010.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado do bem-estar social na idade da razão.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

NOVAK, Maria Simone Jacomini. **Política de ação afirmativa: a inserção dos indígenas nas Universidades Públicas Paranaenses.** Maria Simone Jacomini Novak, Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR. 2007.